



GT 64. Olhares Antropológicos sobre Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

Coordenador(es):

Renata Menasche (PPGAnt/UFPEL e PGDR/UFRGS)

Janine Helfst Leicht Colloço (UFG - Universidade Federal de Goiás)

Necessidade de primeira ordem, o ato de comer é também fato econômico, social e cultural. Assim, ainda que inserida em rotina e aparente monotonia, a ingestão de alimentos não é ação neutra, revestindo-se de sentidos e valores, que se concretizam em escolhas e práticas alimentares. Comer é, também, ato político. Em 2014, após uma década em que o combate à fome orientara a agenda de políticas públicas, o Brasil deixou de constar do Mapa da Fome, quadro que, desde 2016, com a redução dos gastos sociais do governo, vem retrocedendo. Segundo a legislação brasileira, a Segurança Alimentar e Nutricional “consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis”. É nesse quadro que este Grupo de Trabalho pretende provocar a reflexão, estimulando, a partir da Antropologia, a problematização de noções que constituem o marco conceitual do debate em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, acolhendo especialmente estudos etnográficos que abordem questões atinentes a classificações da alimentação e outras que possam iluminar, a partir de perspectivas de distintos grupos, critérios que falam de gênero, qualidade da comida, de fome, de obesidade, de saudabilidade, de sustentabilidade etc.

Variedades de Cebola ? Agronomia e a classificação a partir de uma lógica do sensível

Autoria: Otavio Penteado (USP - Universidade de São Paulo)

Esta comunicação pretende explorar as categorias sensoriais utilizadas na classificação de variedades de cebola por agrônomos da seção de Olericultura do Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), criado em 1889 e localizado em Campinas, estado de São Paulo. Para tanto, será utilizado relatório de pesquisadores do IAC acerca de viagem realizada em 1939 ao Rio Grande do Sul para coleta de sementes de variedades da lilácea de produtores rurais do estado e os relatórios das pesquisas dos anos subsequentes com as variedades. Além de fatores relacionados a produtividade e conservação, como a uniformidade dos bulbos, o ciclo de desenvolvimento da planta e a resistência ao armazenamento, são utilizadas para a classificação e indicação das variedades aos produtores paulistas questões como coloração, o sabor e a picância e formato. Até a criação da seção de Olericultura em 1937, o IAC não possuía setores responsáveis por pesquisas voltadas para a introdução e aprimoramento de culturas alimentares, a sua criação está relacionada a políticas voltadas ao enfrentamento da fome e a alteração dos hábitos alimentares da população brasileira. Acredita-se que por meio da análise das categorias utilizadas pelos agrônomos para classificar as variedades ? que nem sempre seguem critérios ligados a classificação taxonômica ? adentramos uma lógica do sensível que orientou a padronização das variedades de cebola no processo de aclimação da hortaliça, central na culinária e largamente consumida, de origem asiática ao clima tropical.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: